



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

FLS	
VISTO	CCL

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 023/2025

**“O MUNICÍPIO DE PARANAÍTA/MT RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS ADVINDOS DO PROCESSO DE LICITAÇÃO: Nº. 062/2025, PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 009/2025, com VIGÊNCIA de 12 (DOZE) MESES, contados a partir da data de sua publicação no sítio eletrônico do Município de Paranaíta/MT e dá outras providências”**

### **ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE PARANAÍTA**

Pelo presente instrumento, **O MUNICÍPIO DE PARANAÍTA/MT**, inscrita no CNPJ/MF nº. 03.239.043/0001-12, com sede Rua Alceu Rossi s/nº. – Centro – Cep: 78.590-000, neste Município de Paranaíta/MT, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Osmar Antônio Moreira, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Paranaíta/MT, portador da Cédula de Identidade nº. 860-219 SSI/SC e CPF nº. 345.480.179-68, em face da classificação da proposta apresentada no PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 009/2025, **RESOLVE registrar os preços** das empresas:

**1-INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COLCHÕES ORTHOVIDA LTDA, inscrita no CNPJ nº. 07.628.070/0001-38;** estabelecida à Avenida Bias Fortes, nº. 405, Vila de Lourdes, Curvelo/MG, CEP: 35796-489, e-mail: [orthovidacvo@gmail.com](mailto:orthovidacvo@gmail.com), telefone: (38) 3721-6983 e (38) 3721-9177, representada neste ato pelo seu representante legal o Sr. Antônio Carlos da Silva, portador da Carteira de Identidade nº. 3493505 SSP/MG e CPF nº. 490.435.016-20;

**2-MAISA CAROLINA DUARTE FERREIRA LTDA, inscrita no CNPJ nº. 00.329.586/0001-32;** estabelecida à Avenida das Sibipurunas, 7267, Bairro Jardim Gramado, Sinop/MT, CEP: 78.550-593, e-mail: [licitacao@nortaoepis.com.br](mailto:licitacao@nortaoepis.com.br), [mmsodre14@gmail.com](mailto:mmsodre14@gmail.com), telefone: (65) 99974-9897 e (66) 3532-2099, representada neste ato pelo seu representante, o Sr. Marcus Marculan Sodré, portador da Carteira de Identidade nº. 0072627-3 SSP/MT e CPF nº. 091.737.061-91;

**3-ELO TEXTIL LTDA – EPP, inscrita no CNPJ nº. 28.844.636/0001-39;** estabelecida à Rua Dorival Soncela, nº. 10, Santa Tereza do Oeste/PR, CEP: 85.825-000, e-mail: [pregoeselo@gmail.com](mailto:pregoeselo@gmail.com), telefone: (45) 3231-1556 e (45) 99946-7718, representada neste ato pela sua representante, a Sra. Lissu Monalisa Guimarães, portadora da Carteira de Identidade nº. 34298679-X e CPF nº. 033.272.639-81;

**4-SM GIUSTTI DE ARRUDA E CIA LTDA EPP, inscrita no CNPJ nº. 08.711.005/0001-34;** estabelecida à Avenida Miguel Sutil, nº. 14230, Bairro: Coophamil, Cuiabá-MT, CEP: 78.028-015, e-mail: [stillusu@terra.com.br](mailto:stillusu@terra.com.br), telefone: (65) 3637-2577, representada neste ato pela sua representante, a Sra. Sandra Mara Giusti de Arruda, portadora da Carteira de Identidade nº. 08141924 SJ/MT, e CPF nº. 545.300.591-20;

**5-INDY COMERCIO E REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA, inscrita no CNPJ nº. 38.394.749/0001-33,** estabelecida à Rua Quatrocentos e Onze, 05, Cuiabá-MT, CEP: e-mail: [anderosn\\_rhu@hotmail.com](mailto:anderosn_rhu@hotmail.com), [comercial.indyrepresentacao@outlook.com](mailto:comercial.indyrepresentacao@outlook.com), telefone: (65) 99270-4498, representada neste ato pelo seu representante, o Sr. Anderson Luciano dos Santos Oliveira, portador da Carteira de Identidade nº. 11313870 SJ/MT e CPF nº. 695.757.541-15, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes no edital e seus anexos, além de obediência ao disposto no Decreto Federal nº. 10.024/19, Lei nº. 14.133/21 e a Lei Municipal nº. 1.138/2020 (Reconhece o Sítio Eletrônico do Município de Paranaíta/MT e o Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas de MT, como veículos oficiais de publicações dos Atos dos Processos



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

FLS

VISTO

CCL

Licitatórios Municipais), e demais normas vigentes que regem a aquisição e contratação pela Administração Pública, bem como em conformidade com as disposições a seguir.

## 1.1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.2. O objeto da presente licitação é **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE ROUPARIA HOSPITALAR DE USO PROFISSIONAL, A FIM DE ATENDER ÀS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL E DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PARANAÍTA/MT**, conforme especificações e condições constantes nesta Ata de Registro de preços;

1.2.1. Este instrumento não obriga o Município de Paranaíta/MT a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições;

1.3. O Objeto, preço, quantidade, fornecedor e a especificação dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Lote	Descrição	Unid	Marca	Quantid	VI. Unit.	VI. Total	FORNECEDOR
1	LENCOL PARA SOLTEIRO - MEDINDO (1,60X2,50)CM, CORES VARIADAS, 80% ALGODAO 20%POLIESTER	un	PROPRIA	950	R\$31,18	R\$29.621,00	SM GIUSTTI DE ARRUDA E CIA LTDA EPP
2	TOALHA DE BANHO - MEDINDO 80X130CM, 100% ALGODAO, NA COR BRANCA. SERIGRAFADA USO HOSPITALAR.	un	ENTRELAR	200	R\$16,70	R\$3.340,00	INDY COMERCIO E REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
3	CAMISOLA HOSPITALAR ADULTA - , TRANSPASSE TIPO OPA E ABOTOAMENTO COM TIRAS, MANGA CURTA, COM DECOTE CARECA OU DECOTE EM V, EM TECIDO 100% ALGODAO. NOS TAMANHOS: M, G, GG E EXG. COR SORTIDA COM ESTAMPA. (SILK DO MUNICIPIO NO LADO ESQUERDO)	un	PROPRIA	300	R\$30,09	R\$9.027,00	ELO TEXTIL LTDA - EPP
4	CONJUNTO CIRÚRGICO - EM BRIM LEVE, COMPOSTO POR: CALCA COM ELÁSTICO NA CINTURA, 4 BOLSOS, BLUSÃO FECHADO EM DECOTE V 3 BOLSOS, MANGAS CURTA NA COR VERDE AGUA, NOS TAMANHOS P, M, G, GG, EX G. SILK DO MUNICÍPIO NO BOLSO DO LADO ESQUERDO.	un	PRÓPRIA	100	R\$75,65	R\$7.565,00	MAISA CAROLINA DUARTE FERREIRA LTDA
5	CONJUNTO CIRÚRGICO - EM BRIM LEVE, COMPOSTO POR: CALCA COM ELÁSTICO NA CINTURA, 4 BOLSOS, BLUSÃO FECHADO EM DECOTE V 3 BOLSOS, MANGAS CURTA, NA COR VERDE BANDEIRA, NOS TAMANHOS P, M, G, GG, EX G. SILK DO MUNICÍPIO NO BOLSO DO LADO ESQUERDO.	un	PRÓPRIA	100	R\$75,65	R\$7.565,00	MAISA CAROLINA DUARTE FERREIRA LTDA
6	CONJUNTO CIRÚRGICO - EM BRIM LEVE, COMPOSTO POR: CALCA COM ELÁSTICO NA CINTURA, 4 BOLSOS, BLUSÃO FECHADO EM DECOTE V 3 BOLSOS, MANGAS CURTA, NA COR ROSA NUDE, NOS TAMANHOS P, M, G, GG, EX G. SILK DO MUNICÍPIO NO BOLSO DO LADO ESQUERDO.	un	PROPRIA	80	R\$78,99	R\$6.319,20	ELO TEXTIL LTDA - EPP
7	CONJUNTO CIRÚRGICO - EM BRIM LEVE, COMPOSTO POR: CALCA COM ELÁSTICO NA CINTURA, 4 BOLSOS, BLUSÃO FECHADO EM DECOTE V 3 BOLSOS, MANGAS CURTA,	un	158,30	150	R\$75,65	R\$11.347,50	MAISA CAROLINA DUARTE FERREIRA LTDA



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

FLS	
VISTO	CCL

	NA COR AZUL CELESTE, NOS TAMANHOS P, M, G, GG, EX G. SILK DO MUNICÍPIO NO BOLSO DO LADO ESQUERDO.						
8	CONJUNTO CIRÚRGICO - EM BRIM LEVE, COMPOSTO POR: CALÇA COM ELÁSTICO NA CINTURA, 4 BOLSOS, BLUSÃO FECHADO EM DECOTE V 3 BOLSOS, MANGAS CURTA, NA COR BRANCO, NOS TAMANHOS P, M, G, GG, EX G. SILK DO MUNICÍPIO NO BOLSO DO LADO ESQUERDO.	un	PRÓPRIA	50	R\$75,64	R\$3.782,00	MAISA CAROLINA DUARTE FERREIRA LTDA
9	CONJUNTO CIRÚRGICO - EM BRIM LEVE, COMPOSTO POR: CALÇA COM ELÁSTICO NA CINTURA, 4 BOLSOS, BLUSÃO FECHADO EM DECOTE V 3 BOLSOS, MANGAS CURTA NA COR CAQUI, NOS TAMANHOS P, M, G, GG, EX G. SILK DO MUNICÍPIO NO BOLSO DO LADO ESQUERDO.	un	PRÓPRIA	50	R\$74,94	R\$3.747,00	MAISA CAROLINA DUARTE FERREIRA LTDA
10	CAMPO CIRÚRGICO DUPLO - EM BRIM AZUL MARINHO, MEDINDO 1,60 X 1,60, SEM FENESTRA, EM EMBALAGEM INDIVIDUAL, COMBINADO COM O ART.31 L.8078/90. (COM SILK DO MUNICÍPIO.)	un	OMEGA	100	R\$74,00	R\$7.400,00	INDY COMERCIO E REPRESENTACO ES COMERCIAIS LTDA
11	CAMPO CIRÚRGICO DUPLO - EM BRIM VERDE ESCURO, DUPLA CAMADA DE TECIDO, MEDINDO 1,00 X 1,00 M, SEM FENESTRA, EM EMBALAGEM INDIVIDUAL, COMBINADO COM O ARTIGO 31 DA LEI 8078/90.(COM SILK DO MUNICÍPIO)	un	OMEGA	50	R\$59,90	R\$2.995,00	INDY COMERCIO E REPRESENTACO ES COMERCIAIS LTDA
12	TECIDO - TIPO BRIM PESADO, COR FIRME, QUE APRESENTE SOLIDEZ AO CLORO E RESISTENCIA A MULTIPLAS LAVAGENS, ARMAÇÃO 3 X 1 TEXTURA ENCORPADA, DE BOA APARÊNCIA E QUALIDADE, 100% ALGODAO, PESANDO 260G/M <sup>2</sup> (+/-5%), PARA CONFECCAO DE CAMPOS E CAPOTES CIRURGICOS, LARGURA 1,62 CM, NA COR AZUL ROYAL	PECA100 MT	PROPRIA	2	R\$2.689,99	R\$5.379,98	ELO TEXTIL LTDA - EPP
13	COBERTOR - COMPOSTO DE 20% DE ALGODAO, 40% POLIESTER, 20% DE ACRILICO, 10% POLIPROPILENO, 5% POLIAMIDA E 5% DE VISCOSE,MEDINDO 2,10 X 1,80M,DE USO HOSPITALAR, COM REFORCO NA BAINHA, RESISTENTE A MULTIPLAS LAVAGENS, QUE APRESENTE SOLIDEZ AO CLORO, TEXTURA DE BOA APARENCIA E QUALIDADE COM LOGOMARCA DO HOSPITAL,NA COR AZUL MARINHO (COM SILK DO MUNICÍPIO)	un	ORTHOVIDA	50	R\$94,60	R\$4.730,00	INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COLCHÕES ORTHOVIDA LTDA
14	PIJAMA - 100% ALGODAO,COMPOSTO POR SHORT E CAMISETA, PARA USO INFANTIL, UNISSEX,TAMANHOS: P, M, G E GG,CORES VARIADAS E COM ESTAMPA INFANTIL	un	PROPRIA	100	R\$48,89	R\$4.889,00	ELO TEXTIL LTDA - EPP
15	PIJAMA - 100% ALGODAO, PARA USO ADULTO, UNISSEX,COMPOSTO POR SHORT E CAMISETA,TAMANHOS: P, M, G, GG E EG,CORES VARIADAS	un	PROPRIA	250	R\$48,79	R\$12.197,50	ELO TEXTIL LTDA - EPP
16	JALECO - UNISEX CONFECCIONADO EM OXFORD 100% POLIESTER, COM DOIS BOLSOS INFERIORES E UM SUPERIOR ESTE COM LOGOMARCA DA INSTIUICAO BORDADA, CINTO NAS COSTAS. GOLA TIPO BLAZER, FECHAMENTO COM 4 BOTOES, COMPRIMENTO DEVENDO SOBREPASSAR ABAIXO DOS JOELHOS. TAMANHOS P, M, G E EG	un	BENEDITA	145	R\$50,00	R\$7.250,00	INDY COMERCIO E REPRESENTACO ES COMERCIAIS LTDA

## 2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FONTE DE RECURSO

2.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto da presente licitação correrão a cargo da (s) Secretaria (s) Municipal solicitante (s) e serão efetuadas nos termos da dotação (ões) orçamentária (s) a serem



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

FLS	
VISTO	CCL

apresentadas pela secretaria solicitante e ratificadas pelo setor de contabilidade para o Departamento de Licitação, que faz parte integrante do presente termo;

**2.2.** As despesas serão suportadas por dotações orçamentárias específicas do orçamento vigente;

### **Dotação orçamentária:**

10.001.10.302.0031.2092.3.3.90.30.23 – SEC. SAÚDE – FONTE 1.500.1002000; 1.600.0000603; 1.621.0000000;

10.001.10.301.0031.2088.3.3.90.30.23 – SEC. SAÚDE – FONTE 1.500.1002000; 1.600.0000600; 1.621.0000000;

**2.3.** O (s) Programa (s) de Trabalho e Elemento (s) de Despesa (s) constará (ao) nas respectivas Notas de Empenho ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas neste edital;

## **3. DA VIGÊNCIA**

**3.1.** A Ata de Registro de Preços terá sua vigência por 1 (um) ano tendo validade e eficácia legal após a publicação no sítio eletrônico do Município de Paranaíta/MT, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada sua vantajosidade, com fulcro no Art. 84 da Lei nº. 14.133/2021.

**3.2.** Durante a vigência da Ata de Registro de Preço, poderá ser celebrado e advir contrato administrativo, no qual reger-se-á pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados nos artigos 105, 106 e 107 da Lei nº. 14.133/2021.

## **4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**4.1.** Retirar pessoalmente a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, ou requisitá-la no mesmo prazo via e-mail ao Departamento de Compras deste Município, sob pena de multa de 2% (dois por cento) ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida;

**4.2.** Entregar os itens conforme estabelecido no Termo de Referência, Edital e seus anexos.

**4.3.** Atrasos superiores a 03 (três) dias estarão sujeitos à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do Empenho do respectivo pedido;

**4.4.** A CONTRATADA deverá fornecer os serviços e/ou material com qualidade e em boas condições;

**4.5.** Substituir, às suas expensas, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após notificação formal, os itens entregues em desacordo com as especificações do edital e seus anexos e das respectivas propostas, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);

**4.6.** Prestar os esclarecimentos necessários quando solicitados pelos servidores deste Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do empenho;

**4.7.** Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

**4.8.** A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos itens objeto deste



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

FLS	
VISTO	CCL

edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

**4.9.** Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pelo Município de Paranaíta/MT e de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

**4.10.** Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

**4.11.** Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-à independentemente da que será exercida por este Município;

**4.12.** Indenizar terceiros e/ou o próprio Município mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

**4.13.** Fornecer os serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

**4.14.** Manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços a regularidade habilitatória do certame, em especial a fiscal;

**4.15.** Apresentar a nota fiscal, mediante a entrega dos itens, no prazo estabelecido neste instrumento e Edital, contado do recebimento da solicitação de fornecimento, com as seguintes certidões de regularidade fiscal:

- 1 - Certidão Negativa de Débitos e Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;
- 2 - Certidão Negativa referente a pendências tributárias e não tributárias controladas pela Secretaria de Estado da sede do Licitante, para fins de participação em licitações públicas;
- 3 - Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais da sede do licitante;
- 4 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida no site <http://www.tst.jus.br/certidao>;
- 5 - Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS;

**4.16.** Se a Adjudicatária vencedora não cumprir o prazo estabelecido neste edital ou recusar-se em fornecer os itens solicitados pelo contratante, sem justificativa formalmente aceita pelo Senhor Prefeito Municipal de Paranaíta/MT, Ordenador de Despesas do Órgão, decairá do direito de fornecer o objeto adjudicado, sujeitando-se às penalidades dispostas no item 24 do Edital e disposto no item 11 e 12 deste instrumento.

**4.17.** Todas as despesas que incidirem sobre os serviços tais como: transportes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e outras despesas que diretamente ou indiretamente incidirem nos serviços, correrá por conta da CONTRATADA;

**4.18.** A CONTRATADA deverá realizar a prestação dos serviços ou entrega do material de acordo com as solicitações feitas pelas Secretarias adquirentes, imediatamente após a solicitação do setor competente e nos termos abaixo descrito:

**4.19.** Os materiais deverão ser entregues parceladamente, conforme a necessidade pela Contratante, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, após a Autorização de Fornecimento emitida pela Municipalidade, as quais serão encaminhadas via e-mail diretamente pela Contratante solicitante para a empresa fornecedora.

**4.19.1.** As autorizações de fornecimento deverão ser enviadas ou encaminhadas por cada órgão participante diretamente ao fornecedor.

**4.19.2.** Fica consignado a entrega total da referida autorização de fornecimento para fins de pagamento, sendo que não será autorizada entrega menor ou maior de qualquer pedido, independentemente da quantidade solicitada, obrigando-se a vencedora a entregar o produto diretamente ao Município de



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

FLS	
VISTO	CCL

Paranaíta/MT, sendo vedado o recebimento de qualquer produto diversos daquele especificado na Autorização compreendendo marcar, modelo, dosagem, peso, quantidade, ou qualquer outro.

**4.19.3.** Excepcionalmente, poderá o fornecedor ser autorizado pelo Órgão Gerenciador a fornecer produtos de marca diferente da licitada, quando devidamente comprovado a falta da matéria prima da marca inicialmente contratado ou quando os preços da nova marca forem mais vantajosos para a administração, desde que o produto atenda as exigências do descritivo, conforme Termo de Referência.

**4.20.** A empresa contratada deverá fornecer garantia formal para o objeto, contra qualquer irregularidade de fabricação e vício de utilização, inclusive com sua substituição quando necessário, sem ônus para a contratante, cabendo-lhe a responsabilidade de solicitar a substituição, quando verificar qualquer defeito de fabricação.

**4.21.** Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão Participante (município consorciado) correrão por conta do FORNECEDOR;

## **DO PRAZO DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO e OUTROS:**

- 1 A CONTRATADA deverá executar o fornecimento da rouparia hospitalar em conformidade com os padrões de qualidade e especificações estabelecidos pela CONTRATANTE, conforme descrito neste Termo de Referência.
- 2 A empresa se obriga a utilizar tecidos apropriados para uso hospitalar, com características de resistência ao desgaste e lavagens frequentes, propriedades antimicrobianas e hipoalergênicas, e que estejam em conformidade com as normas de biossegurança e os padrões sanitários vigentes.
  - 2.1. As fibras utilizadas na confecção das peças devem ser de alta durabilidade, específicas para uso hospitalar.
  - 2.2. A empresa deverá garantir que as costuras das peças sejam reforçadas e bem acabadas, a fim de evitar rasgos e desconforto durante o uso.
  - 2.3. As peças devem ser entregues em condições apropriadas para uso hospitalar, em conformidade com as normas da ANVISA.
  - 2.4. As etiquetas de cada peça devem conter informações sobre o tamanho, a composição do tecido, e instruções de lavagem e cuidados, conforme as normas aplicáveis.
- 3 A CONTRATADA será responsável por quaisquer prejuízos causados pelo descumprimento de cláusulas, condições ou requisitos previstos no presente documento.
- 4 A empresa deve assegurar que a modelagem das roupas seja adequada ao conforto dos profissionais de saúde, oferecendo tamanhos variados (P, M, G, GG, XG, e infantil, se aplicável).
- 5 O fornecimento dos produtos deverá atender às necessidades da Secretaria requisitante, sendo realizado exclusivamente mediante a emissão prévia da Nota de Autorização de Despesas.
- 6 As peças devem ser personalizáveis com logotipo e nome da unidade hospitalar, conforme solicitado pela contratante (logotipo anexo ao termo de referência).
- 7 A empresa contratada deverá realizar a entrega dos itens solicitados no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de solicitação formal emitida pelo setor competente.
- 8 A empresa se obriga a embalar as peças individualmente por item e tamanho, garantindo a higiene e proteção durante o transporte.
  - 8.1. O transporte deverá ser realizado em veículos limpos e adequados para o transporte de rouparia hospitalar.
- 9 A contratada deverá seguir rigorosamente o modelo e os detalhes especificados da rouparia hospitalar, conforme estabelecido neste Termo de Referência, não sendo permitidas alterações ou substituições que divergem do modelo original aprovado.
- 10 A empresa deverá fornecer amostras de cada item solicitado antes de iniciar a produção em larga escala.
  - 10.1. A produção só poderá ser iniciada após a aprovação do modelo pela contratante.
- 11 Para todos os produtos fornecidos, a contratada deverá garantir que as medidas, unidades e qualidade atendam rigorosamente às especificações estabelecidas neste Termo de Referência, considerando esses critérios como pré-requisitos indispensáveis para o recebimento dos itens.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

FLS	
VISTO	CCL

- 12 Sempre que possível, a empresa deverá adotar práticas sustentáveis na produção, transporte e descarte de materiais.
- 13 Fica reservado à Administração Municipal, em qualquer fase do processo de contratação, o direito de realizar testes e análises que comprovem a qualidade dos produtos ofertados, a fim de garantir que atendam aos requisitos técnicos e às especificações exigidas neste Termo de Referência.
- 14 A empresa deverá garantir que todas as etapas de produção e entrega das peças estejam em conformidade com as normas de biossegurança hospitalar.
- 15 A empresa fornecerá orientação sobre a correta utilização, higienização e manutenção das peças, conforme solicitado pela contratante.
- 16 A empresa deverá garantir a capacidade de atender a pedidos de grandes volumes e ajustes nas quantidades ao longo do contrato, conforme as necessidades da contratante.
- 17 Caso seja constatado que os produtos fornecidos estejam em desacordo com os requisitos estabelecidos neste Termo de Referência, ou em quantidade inferior ao estipulado, a empresa contratada deverá providenciar a substituição ou complementação dos mesmos, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, sem qualquer custo adicional para a CONTRATANTE.
- 18 A entrega dos itens deverá ser realizada em perfeito estado de uso, embalados individualmente em embalagens transparentes e separados por modelo e tamanho, a fim de facilitar a conferência geral das peças.
- 19 Todos os riscos relacionados à entrega, incluindo despesas com diárias, frete e outras formas necessárias para a realização do ato, serão de responsabilidade da CONTRATADA. A supervisão será realizada pelo Fiscal de Contrato, designado pela Prefeitura Municipal.
- 20 O pagamento corresponderá aos serviços e/ou produtos efetivamente entregues, conforme os valores unitários apresentados pela proponente no momento da licitação.
  - 11.1. O pagamento será realizado conforme a disponibilidade financeira das Secretarias responsáveis e mediante a apresentação da Nota Fiscal, que deverá ser devidamente atestada pelo responsável designado.
- 21 Respeitar fielmente as medidas conforme as normas da ABNT vigentes, devendo considerar os modelos femininos e masculinos, assegurando que os produtos atendam aos padrões de qualidade e adequação especificados.
- 22 O não cumprimento dos prazos de entrega ou troca previstos neste Termo de Referência acarretará em notificação e poderá resultar na quebra do contrato, conforme as disposições contratuais e legais aplicáveis.
- 23 A CONTRATANTE terá o prazo de até 02 (dois) dias úteis para aceitar os produtos fornecidos pela CONTRATADA, sendo que os mesmos serão recebidos da seguinte forma:
  - 12.1. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos produtos com a especificação;
  - 12.2. Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade dos produtos e consequente aceitação, quando a nota fiscal será atestada e remetida para pagamento;
  - 12.3. Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido neste Termo de Referência.
- 24 O recebimento definitivo dos produtos não exime a CONTRATADA de sua responsabilidade por vícios ocultos, ou seja, aqueles que se manifestam apenas durante a utilização normal dos produtos. Tal responsabilidade será observada de acordo com as disposições do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), garantindo que a CONTRATADA se responsabilize por eventuais defeitos ou falhas que se tornem evidentes após a entrega.
- 25 Além das especificações contidas nos itens anteriores, aplicam-se integralmente as disposições do Código Civil, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) e da Lei nº 14.133/21, incluindo suas alterações e regulamentações pertinentes, garantindo que todas as obrigações sejam cumpridas em conformidade com a legislação vigente.
- 26 Após, o recebimento da Nota de Empenho (via e-mail, correios ou fax-símile)/NAD, o fornecedor terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, para entregar/fornecer o item solicitado, no endereço descrito acima.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

FLS	
VISTO	CCL

## 5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 5.1.** O Município de Paranaíta/MT se obriga, nos termos previstos deste Edital a:
- 5.1.1.** Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento;
- 5.1.2.** Receber os itens adjudicados no certame, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste Edital;
- 5.1.3.** Promover o recebimento dos itens mediante apresentação de Nota Fiscal e certidões de regularidade fiscal;
- 5.2.** Recusar ou devolver o objeto de contratação nas seguintes hipóteses:
- 5.2.1.** Se forem entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios deste edital;
- 5.3.** Dar recebimento provisório dos itens adjudicados, o que não implica sua aceitação definitiva;
- 5.4.** Dar recebimento definitivo pelo Setor Competente, após a verificação do cumprimento das especificações dos itens, nos termos deste Edital e seus anexos e da proposta adjudicatária firmada;
- 5.5.** Efetuar o pagamento, após o recebimento definitivo dos itens, por meio da Tesouraria, com a Fatura/Nota Fiscal devidamente atestada pelo setor Competente deste Município de Paranaíta/MT;
- 5.6.** Fornecer à empresa vencedora todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;
- 5.7.** Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital e Ata de Registro de Preços homologada;
- 5.8.** Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento dos itens;
- 5.9.** Se abster de realizar qualquer pagamento à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;
- 5.10.** Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

## 6. DO PAGAMENTO

- 6.1.** O pagamento corresponderá aos itens efetivamente entregues ou serviços prestados, observados os valores unitários apresentados pela proponente na ocasião da licitação, devendo ser pago conforme disponibilidade financeira das referidas Secretarias solicitantes, e apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo responsável;
- 6.1.1.** Não será admitida proposta com condição de pagamento diferente daquela definida no edital.
- 6.2.** Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas;
- 6.2.1.** Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento;
- 6.3.** As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

FLS	
VISTO	CCL

**6.4.** O PAGAMENTO SERÁ LIBERADO MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE NOTA FISCAL E DESDE QUE ACOMPANHADAS DAS CERTIDÕES ABAIXO RELACIONADAS:

- Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;
- Certidão Negativa referente a pendências tributárias e não tributárias controladas pela Secretaria de Estado da sede do Licitante;
- Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais da sede do licitante;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida no site <http://www.tst.jus.br/certidao>;
- Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS;

**6.5.** A impressão das certidões é de responsabilidade da CONTRATADA/ADJUDICATARIA.

**6.6.** Os pagamentos serão creditados em favor da CONTRATADA/ADJUDICATARIA por meio de depósito bancário em conta corrente indicada na proposta contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito;

**6.7.** Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de tributos e contribuições, nos termos legislação fiscal pertinente e vigente;

**6.8.** A CONTRATADA/ADJUDICATARIA deverá, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal/Fatura com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação no certame, e conseqüentemente, lançado na ata de registro de preço;

**6.9.** O prazo para pagamento não será superior a 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela;

**6.10.** A nota fiscal deve se fazer acompanhar, quando indispensável a comprovação do serviço, relatório de acompanhamento para pagamento e deverá estar devidamente atestado pelo Servidor designado para acompanhamento dos trabalhos e pelo fiscal do Contrato;

**6.10.1.** O relatório deverá conter riquezas de detalhes, com fotos, descrição do serviço com indicação do quantitativo do serviço realizado, quando for o caso;

**6.10.2.** Para fins de Imposto de Renda Retido na Fonte de que trata o art. 158, inciso I, da Constituição da República, o Município, em todas as suas contratações, com pessoas jurídicas observará o disposto no art. 64, da Lei Federal Nº 9.430/1996, no art. 15 da Lei Nº 9.249/1995, a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil Nº 1.234/2012, e, também Instrução Normativa RFB Nº 1663, de 07 de outubro de 2016, e por fim Instrução Normativa RFB nº 2145, de 26 de junho de 2023, com a conseqüente retenção, na fonte, do imposto sobre a renda incidente sobre os pagamentos que efetuarem a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil.

**6.11.** Não haverá pagamento parcial da nota.

**6.12.** Dados bancários da (s) empresa (s) detentora dos preços registrados:

**6.12.1. 1-INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COLCHÕES ORTHOVIDA LTDA, inscrita no CNPJ nº. 07.628.070/0001-38; banco: Banco do Brasil; Agência: 0103-1, Conta Corrente: 50642-7**

**2-MAISA CAROLINA DUARTE FERREIRA LTDA, inscrita no CNPJ nº. 00.329.586/0001-32; banco: Banco Unicred, Agência: 2304, Conta Corrente: 45767-1**

**3-ELO TEXTIL LTDA – EPP, inscrita no CNPJ nº. 28.844.636/0001-39; Banco: Banco do Brasil; Agência: 4693-0, Conta Corrente: 33817-6**

**4-SM GIUSTTI DE ARRUDA E CIA LTDA EPP, inscrita no CNPJ nº. 08.711.005/0001-34; banco: Banco do Brasil; Agência: 63950-8; Conta Corrente: 7139-0**



FLS	
VISTO	CCL

**5-INDY COMERCIO E REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA, inscrita no CNPJ nº. 38.394.749/0001-33; Banco: Sicredi, Agência: 0810, Conta Corrente: 617801**

## **7. DA REVISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**7.1.** Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas no Art. 124 da Lei nº. 14.133/2021.

**7.2.** Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

**7.2.1.** Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

**7.2.2.** A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

**7.3.** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

**7.3.1.** Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

**7.3.2.** Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

**7.3.2.1.** Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

## **8. DO REAJUSTE DE PREÇO**

**8.1.** Os preços inicialmente registrador são fixos e irremovíveis no prazo de vigência da Ata de Registro de Preços:

**8.1.1.** Os valores poderão ser reajustados sempre em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da Ata de Registro de Preços e do Contrato tal como pactuado, para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial da Ata de Registro de Preços e do Contrato.

**8.2.** Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

**8.3.** Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado;

**8.4.** Fracassada a negociação com o primeiro colocado o MUNICÍPIO poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo extinção desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação;

**8.5.** Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

FLS	
VISTO	CCL

**8.6.** Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pelo MUNICÍPIO, o proponente registrado será convocado, para a devida alteração do valor registrado em Ata, o qual será publicado em Imprensa Oficial.

**8.7.** Para fins de REAJUSTE de preços, não serão admitidos nenhum encargo financeiro, tais como juros, despesas bancárias e quaisquer outros ônus semelhantes.

**8.8.** A revisão de preços poderá ser feita a qualquer tempo, desde que ocorram fatos supervenientes ou de difícil previsão, devidamente demonstrados e que tenham ocorridos após apresentação da proposta, com objetivo de restabelecer equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, desde que devidamente comprovados, mediante apuração por procedimento administrativo específico instaurado pela Administração, nos termos do Art. 124 da Lei nº. 14.133 e dispostos neste instrumento.

## **9. CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**9.1.** O ADJUDICATÁRIO terá o seu registro de preço cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam sanadas até o prazo estipulado em notificação expressa pelo órgão competente, salvo se:

**9.1.1.** Comprovar a CONTRATADA/ADJUDICATÁRIA, por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de insumos, alusivos à época da elaboração da proposta e do pedido de desoneração do compromisso, estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro que torne seu preço inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos itens que compõem o custo das aquisições dos itens;

**9.1.2.** Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução da entrega dos itens, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados;

**9.2.** Por iniciativa do Município de Paranaíta/MT, o registro será cancelado quando o proponente:

**9.2.1.** Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

**9.2.2.** Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

**9.2.3.** Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

**9.2.4.** Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, a Ordem de entrega/requisição decorrente da Ata de Registro de Preços;

**9.4.** O cancelamento de registros nas hipóteses previstas do Art. 155 da Lei nº. 14.133/2021, será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

**9.5.** O Município de Paranaíta/MT poderá cancelar o registro de preços, ainda, por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado;

## **10. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**10.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº. 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

FLS	
VISTO	CCL

- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**10.2.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**a) Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do Contrato ou Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº. 14.133, de 2021);

**b) Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato ou Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº. 14.133, de 2021);

**c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato ou Ata de Registro de Preços, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº. 14.133, de 2021).

**d) Multa:**

**1-** moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

**2-** O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº. 14.133 de 2021.

**3-** compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato ou Ata de Registro de Preços, no caso de inexecução total do objeto;

**10.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato ou Ata de Registro de Preços não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº. 14.133, de 2021).

**10.4.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº. 14.133, de 2021).

**10.4.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº. 14.133, de 2021)

**10.4.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº. 14.133, de 2021).

**10.4.3.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**10.5.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº. 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**10.6.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº. 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

FLS	
VISTO	CCL

- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**10.7.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº. 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº. 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**10.8.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº. 14.133, de 2021).

**10.9.** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº. 14.133, de 2021).

**10.10.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº. 14.133/21.

**10.11.** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº. 26, de 13 de abril de 2022.

## 11 - DO CADASTRO DE RESERVA

**11.1.** Em caso de extinção/cancelamento da ata de registro de preços/contrato será chamada a próxima classificada respeitando sempre a ordem de classificação.

**11.2.** As empresas convocadas no sistema de cadastro reserva terá que apresentar sua documentação de habilitação conforme as disposições do Edital. Em caso de empresa não encaminhar os documentos de habilitação, poderá sofrer as sanções culminadas no Edital.

## 12 - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

**12.1.** A PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA e a (o) CONTRATADA (O) se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

- a) o tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11º e/ou 14º da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

FLS	
VISTO	CCL

b) o tratamento seja limitado às atividades necessárias para o alcance das finalidades do serviço contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da ANPD;

c) durante a execução do objeto deste contrato, em caso de necessidade de coleta e tratamento de dados pessoais de pessoas naturais/titulares mediante consentimento, a coleta do mesmo será realizada após prévia aprovação da PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA, responsabilizando-se a (o) CONTRATADA (O) pelo informe de necessidade ao titular, obtenção e gestão do consentimento do mesmo, nos termos da legislação. Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para finalidades distintas, sob pena de responsabilização do CONTRATADO (A) pelo ato;

d) eventualmente, podem as partes convencionar que a PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA será responsável por obter o consentimento dos titulares, formalizando a questão em aditivo contratual;

**12.2.** As partes declaram que os sistemas informatizados, dispositivos e similares que servirão de base para coleta, armazenamento e tratamento dos dados pessoais coletados, seguem um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, estando alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas de proteção de dados;

**12.3.** Os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com adequado controle baseado em função e com transparente identificação do perfil dos operadores, sendo vedado o compartilhamento desses dados com terceiros estranhos ao objeto do contrato;

a) a realização do tratamento dos dados pessoais, ainda que necessária transferência internacional, continuará a ser feita de acordo com as disposições da legislação brasileira sobre proteção de dados, nos termos do Art. 3º. da Lei 13709/18;

b) o CONTRATADO (A) oferecerá garantias suficientes em relação às medidas de segurança técnicas e organizativas, e as especificará formalmente ao contratante, não compartilhando dados que lhe sejam remetidos com terceiros;

c) serão adotadas pelo CONTRATADO (A) as medidas de segurança adequadas para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizado, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito ou incidente. As medidas asseguram um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento representa e à natureza dos dados a proteger, atendendo aos conhecimentos técnicos disponíveis e aos custos resultantes da sua aplicação.

**12.4.** A (O) CONTRATADA (O) dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas acerca da proteção de dados de titulares/pessoas naturais, bem como à Política de Privacidade da PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA.

**12.5.** As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor, bem como no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e demais órgãos de controle administrativo;

**12.6.** Uma parte deverá formalizar à outra sempre que receber uma solicitação de um titular/pessoa natural, a respeito do exercício de direitos relacionados aos seus dados (Art. 18 da Lei 13.709/18) e ao objeto deste contrato, tomando providências imediatas para retorno ao solicitante nos termos da legislação, visando possibilitar o exercício de direito do terceiro;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

FLS	
VISTO	CCL

**12.7.** A critério do Encarregado de Dados da PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA, a (o) CONTRATADA (O) poderá ser provocada (o) a colaborar na informação de dados para a elaboração do relatório de impacto à proteção de dados pessoais (RIPD), conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

**12.8.** Encerrada a vigência deste contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, a PREFEITURA DE PARANAÍTA interromperá o tratamento e, em no máximo (30) dias, sob instruções e na medida do determinado, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), salvo quando necessite mantê-los para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese legal prevista na LGPD.

**12.9.** Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

## **13 - DOS FUNDAMENTOS LEGAIS**

**13.1** O presente instrumento firmado será regido em obediência ao instrumento convocatório, através do edital de **Pregão Eletrônico nº. 009/2025** e seus anexos, além de obediência aos dispositivos da Lei Federal nº. 14.133/2021, Decreto Federal nº. 10.024/19, Lei Complementar Federal nº. 123/2006, Lei 13.709/2018 e demais normas vigentes que regem a contratação pela Administração Pública.

## **14. DA FISCALIZAÇÃO DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**14.1.** Nos termos do Art. 117 Lei nº. 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento/execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

**14.2.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o Art. 120 da Lei nº. 14.133/2021

**14.3.** O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos preços, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

**14.4.** Para este instrumento será designado fiscal por portaria específica colacionada nos autos.

## **15. DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

**15.1.** As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

**I.** Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo/apostilamento à presente ata de Registro de Preços;

**II.** Vinculam-se a este Contrato ou Ata de Registro de Preços, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o instrumento convocatório, seus anexos e as propostas das classificadas.

**III.** É vedado caucionar ou utilizar o Contrato ou Ata de Registro de Preços decorrente do presente registro para qualquer operação financeira;



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA**

**ESTADO DE MATO GROSSO**

**CNPJ 03.239.043/0001-12**

FLS	
VISTO	CCL

**15.2.** A critério exclusivo do Município de Paranaíta/MT, ora CONTRATANTE e mediante prévia e expressa autorização da autoridade superior, a CONTRATADA poderá, em regime de responsabilidade solidária, sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais, subcontratar parte da obra ou serviço, até o limite estabelecido de 30% (trinta por cento), desde que não alterem substancialmente as cláusulas pactuadas, nos termos do Art. 122 da Lei nº. 14.133/2021.

## **16. DO FORO**

**16.1.** As partes contratantes elegem o foro da Comarca Paranaíta/MT para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de preços, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**16.2.** E por estarem de acordo o Município de Paranaíta/MT registra os preços e condições acima disposta, firmando o presente instrumento para que produza seus efeitos legais, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 91 da Lei nº. 14.133/2021.

Paranaíta/MT, 21 de maio de 2025.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA/MT  
SR. OSMAR ANTÔNIO MOREIRA  
PREFEITO MUNICIPAL  
CONTRATANTE**

**INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COLCHÕES ORTHOVIDA LTDA,  
INSCRITA NO CNPJ Nº. 07.628.070/0001-38  
SR. ANTÔNIO CARLOS DA SILVA  
CONTRATADA**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

FLS	
VISTO	CCL

**MAISA CAROLINA DUARTE FERREIRA LTDA,  
INSCRITA NO CNPJ Nº. 00.329.586/0001-32  
O SR. MARCUS MARCULAN SODRÉ  
CONTRATADA**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

FLS	
VISTO	CCL

**ELO TEXTIL LTDA – EPP,  
INSCRITA NO CNPJ Nº. 28.844.636/0001-39  
A SRA. LISSU MONALISA GUIMARÃES  
CONTRATADA**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

FLS	
VISTO	CCL

**SM GIUSTTI DE ARRUDA E CIA LTDA EPP,  
INSCRITA NO CNPJ Nº. 08.711.005/0001-34  
A SRA. SANDRA MARA GIUSTTI DE ARRUDA  
CONTRATADA**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

FLS	
VISTO	CCL

**INDY COMERCIO E REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA,  
INSCRITA NO CNPJ Nº. 38.394.749/0001-33  
O SR. ANDERSON LUCIANO DOS SANTOS OLIVEIRA  
CONTRATADA**